



VERSÃO NACIONAL

*Década
de 1970*

Humberto Quadros
correspondente

Moratória negociada

Rio — Realmente, ninguém entende porque o Governo brasileiro ainda continua espichando essas intermináveis negociações com os sucessivos emissários do FMI. Agora, já estamos na terceira carta de intenções, cujas bases não representam matéria capaz de suscitar maior dose de credibilidade que as anteriores junto aos maiores do Fundo.

O pior é que todo mundo, aqui dentro e lá fora, já se convenceu de que a única alternativa que nos resta — a menos que se esteja deliberadamente caminhando para o colapso — é propor um esquema de moratória negociada. Os próprios banqueiros credores há muito que não esperam outra coisa. E, curiosamente, desejam-na com ansiedade, posto que essa fórmula salvasse os juros, sem falar no principal, ainda que em prazo mais largo e com algum período de carência.

Kafkiana é a postura das autoridades brasileiras. Rejeitam a negociação para redefinir o perfil da dívida e continuam a sustentar o insustentável. Só mesmo por vaidade pode-se admitir semelhante atitude. Não querem passar os olhos de todos como incapazes. Preferem prosseguir na surrada tese da alta do petróleo e dos juros para justificar a calamitosa posição a que chegaram os compromissos externos.

Mas, enquanto não nos rendemos à evidência dos fatos, a bola de neve da dívida vai aumentando pelo simples mecanismo da escrituração dos juros vencidos, e dos juros sobre juros, de tal sorte que, mesmo sem tomar dinheiro novo emprestado (até porque ninguém nos empresta mais), o Brasil tem sua dívida crescendo a cada dia que passa.

Então não há no governo ninguém que diga “basta”, a esse processo de endividamento sem fim? Convenhamos, não há qualquer desdouro em buscar, através de um entendimento com o FMI e os bancos credores, um esquema de reescalonamento dos compromissos (principal e juros) que nos permita uma folga mínima de três a quatro anos sem qualquer pagamento. Isto nos daria tempo para recompor as finanças do país, reativar a economia interna, reabsorver os milhões de

dêsempregados, redimensionar nossas prioridades de investimento, acumular maiores excedentes exportáveis e, finalmente, partir para um projeto efetivamente viável de salvação do país do abismo inevitável que nos aguarda.

Será que, ao contrário, os homens do governo preferem parecer aquele soldado que marcha com o passo diferente de todos os outros do batalhão só para receber da mamãe o elogio?

O recente editorial do “The New York Times” — certamente refletindo a posição dos mais lúcidos círculos de negócios dos Estados Unidos — coloca o problema do Brasil com uma clareza meridiana e postula junto ao presidente Reagan uma atitude de ajuda concentrada ao nosso país, independente dos acertos com o FMI, que bem demonstra a consciência de que, aqui e não na Nicarágua, é onde está o elo mais perigoso da cadeia do mundo ocidental.

Ora, é no mínimo estarecedor ver que, apesar de toda essa orquestração de vozes a favor de um tratamento preferencial para o Brasil, o nosso próprio governo permanece impávido, impenetrável, insensível à idéia e à sugestão concreta de renegociação da dívida externa. Nem que alcancemos um saldo comercial de US\$ 20 bilhões seria possível manter os compromissos em dia. A meta dos US\$ 6 bilhões, então, é apenas um mote para o conhecido blá-blá-blá dos que não querem ver a própria nudez.

Agora que o presidente Figueiredo retorna de Cleveland de coração renovado — e esperamos que o seja física e psicologicamente — é de se supor que intervenha, com força e determinação, nesse aranzel de conversas, dadas e vindas, de afirmações e desmentidos, que tem sido a marca das intermináveis negociações do governo com o FMI. Dele aguarda o país uma palavra de ação que, finalmente, encaminhe o problema da dívida para a única senda possível — a da moratória bilateralmente estabelecida —, enquanto temos ao nosso lado a simpatia, a compreensão e, sobretudo, o interesse dos próprios credores. Depois poderá ser tarde demais.